

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL



PROBLEMAS DE REPRESENTAÇÃO EM SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOB A PERSPECTIVA DE GRUPOS MARGINALIZADOS

Walter Moreira, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), ORCID: 0000-0001-9454-441X, Brasil, walter.moreira@unesp.br

Amanda Mendes da Silva, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista (Unesp), ORCID: 0000-0002-1112-2092, Brasil, amanda.m.silva@unesp.br

Eixo: Organização da informação:

1. Introdução

Os sistemas de informação documentária requerem, como condição para que possam operar com eficácia, o emprego de sistemas de organização do conhecimento (SOC). Ainda que esses instrumentos não se configurem, normalmente, como uma parte absolutamente visível do sistema, são eles que sustentam os processos de organização do conhecimento e, por extensão, as ações de mediação documentária.

Destaca-se, desse modo, o aspecto condicional dos SOC, pois é por meio deles que os documentos serão representados descritiva e tematicamente para que posam ser, posteriormente, recuperados e devidamente utilizados em atenção aos interesses dos usuários na produção de novos conhecimentos. Desse modo, pode-se afirmar que os SOC vinculam e medeiam, igualmente, o acesso e a produção de conhecimento.

A despeito da amplitude do conceito de SOC, que envolve um extenso espectro de ferramentas em níveis macro e micro operacionais (Mazzocchi, 2018; Zeng; Mayr, 2019), neste trabalho o conceito de SOC é tomado apenas em referência específica à sua aplicação em sistemas de informação documentária, notadamente em relação às linguagens documentárias, isto é, sistemas de

classificação bibliográfica, listas de cabeçalhos de assunto e tesouros, considerando-se a estrutura classificatória que os sustenta.

Apesar de se revestirem de caráter técnico e de aparente neutralidade, principalmente quando são analisados sem o devido aprofundamento que a própria noção de técnica requer, os SOC, por sua condição de artefato cultural, são carregados de estruturas que revelam valores e ideologias característicos das sociedades em que são desenvolvidos, ou seja, são tributários de seu contexto geral.

Assim, seja na perspectiva de sua criação, seja na perspectiva de seu uso, tais instrumentos revelam o caráter pragmático da estrutura relacional de conceitos mais amplos que os compõem (ontologia). Não se trata, contudo, de mero espelhamento de tais relações, mas de protagonismo na sua construção e na sua manutenção.

Considerando-se, portanto, seus efeitos, os SOC revestem-se também de caráter político, pois também serão instrumentos para subsidiar decisões sobre quem, quando e como ocorrerá o acesso ao conhecimento registrado, de modo geral. Isso oferece a possibilidade de que sejam abordados também como instrumentos ideológicos de exclusão sociocognitiva vinculados a estruturas de poder.

O mito da neutralidade nas atividades de indexação e de classificação coloca-se aqui como um instrumento perfeitamente ajustado ao obscurecimento dos efeitos políticos das decisões organizacionais, como já havia destacado Mai (2016). Os ruídos, isto é, a representação inadequada ou insuficiente, e os silêncios, isto é, a ausência de representação ou de representatividade, configuram-se, nesse caso, como exclusões simbólicas e efetivas do acesso à informação. Assim, a exclusão informacional é uma forma de opressão simbólica com implicações concretas no acesso ao conhecimento (Mai, 2016).

Este trabalho apoia-se em teorias críticas para que se possa refletir sobre as condições em que os SOC representam, deixam de representar ou até mesmo reforçam estereótipos e preconceitos contra grupos historicamente marginalizados ou sub-representados, incluindo-se mulheres, pessoas negras, indígenas, imigrantes, refugiados, população LGBTQIA+ e alguns grupos religiosos. Como objetivo geral, espera-se contribuir para uma prática bibliotecária crítica e inclusiva e para a revisão de alguns dos princípios que orientam a organização e representação do conhecimento.

A pesquisa é de natureza qualitativa quanto ao modo de abordagem do problema, explicativa em relação aos seus objetivos e bibliográfica quanto aos procedimentos técnicos empregados. A adoção da abordagem qualitativa visa a privilegiar a compreensão aprofundada dos sentidos que emergem dos textos analisados.

Desse modo, para a composição do corpus foram selecionados textos tomados como relevantes a partir dos seus índices de ocorrência em listas de referências de trabalhos que discutem as conexões entre as teorias críticas e a organização do conhecimento.

Para orientar a identificação, classificação, interpretação e discussão dos conceitos em foco, aplicou-se a técnica de análise categorial.

As categorias de análise, a saber: mulheres, grupos étnicos e raciais, identidade e

orientação sexual, refugiados e migrantes e grupos religiosos, foram definidas a priori a partir da identificação de temas frequentemente tratados na literatura científica do campo.

A leitura e a interpretação do material foram orientadas pelas categorias de análise descritas e por fichas de leitura analítica que contemplaram os seguintes aspectos: a) referência completa; b) tema central; c) problema de pesquisa; d) hipóteses e pressupostos; d) objetivos; e) procedimentos metodológicos; f) estrutura do texto; g) principais argumentos; h) conclusões e i) contribuição para a organização do conhecimento.

2. Sistemas de organização do conhecimento e neutralidade epistêmica

Sistemas classificatórios são construções que refletem visões de mundo e valores culturais específicos (Bowker; Star, 2000; Mai, 2013). Assim, não se pode conceber uma organização do conhecimento absolutamente objetiva ou mesmo neutra, pois ela é, antes de tudo, ideológica (Olson, 1998). Classificações são práticas sociais e, nessa condição, exigem leituras críticas e contextualizadas, são instrumentos que refletem e reforçam hierarquias sociais, culturais e epistêmicas (Mai, 2010; 2016).

Já há algum tempo, a pretensa neutralidade dos sistemas de classificação bibliográfica – tais como a Classificação Decimal de Dewey (CDD) ou a Library of Congress Classification (LCC) – tem sido contestada, e em favor de uma abordagem crítica. Questiona-se também, evidentemente, a neutralidade dos processos de organização do conhecimento e, por extensão, da análise documentária em sistemas de informação.

A estruturas que sustentam os SOC tradicionais foram desenvolvidas por e para atender a alguns padrões específicos, denominados por Olson (2001) pelo emprego do acrônimo WEBCHAM (*white, ethnically European, bourgeois, Christian, heterosexual, able-bodied, male* – branco, etnicamente europeu,

burguês, cristão, heterossexual, fisicamente apto e masculino, em tradução livre).

Quando essa se torna a orientação principal e passa a ditar o que será tomado como norma ou universal, todo o resto lhe será tomado como desvio. Sistemas que tenham sido desenvolvidos orientados por essa ótica, fatalmente irão revelar diversas lacunas e distorções na percepção e na representação do outro. A CDD, tomada neste e em muitos outros estudos como exemplo por conta de sua indiscutível popularidade, reproduz e legitima valores eurocêntricos, patriarcas e cristãos bastante visíveis, que nem sequer demandam análises aprofundadas para serem percebidos.

Longe, portanto, de qualquer perspectiva de neutralidade disfarçada muitas vezes pelo discutível apelo da objetividade científica, os sistemas classificatórios funcionam como infraestruturas ideológicas que reproduzem e legitimam exclusões históricas e sociais (Mai, 2016).

Criticar a neutralidade epistêmica implica questionar também a perspectiva de representação documentária assentada exclusivamente na imposição de uma universalidade do conhecimento. É preciso compreender o conhecimento também como algo situado histórica e culturalmente. Trata-se de uma reação às lógicas classificatórias excludentes que reproduzem o conhecimento dominante e reforçam alguns de seus efeitos deletérios.

Em tempos recentes, diversos pesquisadores têm se orientado pelas teorias críticas na produção de análises e na busca por soluções para o desenvolvimento de SOC orientados para representações inclusivas e que possam funcionar efetivamente como instrumentos de justiça social. Destacam-se, na sequência, Hope Olson e Jens-Erik Mai como representantes desse movimento.

Olson (1998, 2001, 2002, 2007, dentre outros trabalhos), foca a crítica feminista e pós-estruturalista aos SOC em pesquisas orientadas por análises críticas de sistemas de classificação bibliográfica, com destaque para a CDD. Seus trabalhos também produzem

generalizações que se relacionam à exclusão de saberes marginalizados nos SOC, incluindo-se aqueles relacionados a outras populações tradicionalmente marginalizadas nesses sistemas. Os trabalhos da pesquisadora converteram-se em referência obrigatória em pesquisas que se dedicam aos estudos das inter-relações entre gênero, sexualidade, epistemologia crítica, justiça social e organização do conhecimento, e tem inspirado diversos outros estudos, tais como os de Drabinski (2013), Fox (2016) e Adler e Harper (2018).

Com base nos trabalhos de Mai (2010, 2016) compreendem-se os SOC a partir de sua natureza social, ou seja, como instrumentos permeados de valores, ideologias e práticas discursivas. O pesquisador tem destacado que tais sistemas não são neutros e nem mesmo absolutamente objetivos, pois carregam vieses que afetam igualmente sua construção e seu uso. Assim, adverte para a necessidade de produção de análises críticas sobre a natureza dos critérios de confiabilidade atribuídos às estruturas classificatórias que constituem a base dos SOC.

Mai (2013) também chama a atenção para as funções precípuas que valores como a ética e o comprometimento social desempenham junto aos sistemas de classificação bibliográfica contemporâneos.

O compromisso ético com a justiça social pode atuar como orientador das escolhas terminológicas e afetar diretamente a constituição das hierarquias e demais relações conceituais presentes nas estruturas classificatórias, viabilizando modos de representação epistemicamente engajados. Sistemas de classificação, defende Mai (2010; 2016), devem ser negociados e sua legitimidade é tributária do reconhecimento explícito dos valores e, sempre que for possível, da identificação das ideologias que os sustentam.

3. Problemas de representação

Tendo em vista a complexidade de sua criação, manutenção e desenvolvimento, não é comum encontrar SOC cujo caráter seja puramente

utilitário e imediatista, isto é, que tenha, surgido e desaparecido com a mesma rapidez, voltados à resolução de problemas pontuais. Ao contrário, os SOC tendem a ser longevos justamente porque são instrumentos que demandam muitos investimentos e demoram a se estabilizar, isto é, não são estruturas que se moldam rapidamente, respondendo imediatamente à rapidez das mudanças sociais.

Considerando-se isso, não é incomum encontrar sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assuntos e tesouros não necessariamente estabilizados, mas cristalizados, convertidos, pela autoridade que emanam, em agentes de perpetuação de preconceitos contra grupos historicamente marginalizados.

Esta pesquisa discute algumas questões que interseccionam problemas de organização e representação do conhecimento com determinadas categorias específicas, incluindo mulheres, pessoas negras, indígenas, imigrantes, refugiados, população LGBTQIA+ e alguns grupos religiosos.

3.1. Mulheres

A representação das mulheres em sistemas de classificação bibliográfica tradicionais tem sido limitada a categorias que reforçam papéis tradicionais e estereótipos. Essa representação não constitui, muitas vezes, a regra, a norma, mas a exceção, o outro, e aparece subordinada a descritores de gênero masculino, reforçando as perspectivas do patriarcado.

Há, contudo, diversas propostas e orientações para produção de SOC menos enviesados, alguns ainda incipientes.

A norma ISO 25.964, publicada em 2011, faz recomendações para o desenvolvimento e manutenção de tesouros conceituais, destinados à recuperação da informação. Embora não recomende o uso exclusivo do gênero masculino, como já ocorreu em documentos anteriores de natureza semelhante, a referida norma pronuncia-se muito timidamente sobre as questões que

envolvem perspectivas de gênero, entre outras.

Há, entretanto, outros documentos que podem funcionar como complementares, quer sejam os de caráter mais situado, como as políticas de indexação que se caracterizam como instrumentos de gestão de bibliotecas, quer sejam os que se referem a orientações de caráter mais genérico, como o *Guidance on the use of inclusive terminology in ISO and IEC documents* (ISO/IEC, 2024).

Apesar de meritório e relevante, o documento deve ser visto com ressalvas, pois ainda insiste na ideia de neutralidade como fio condutor, sustentada pela perspectiva da universalidade: “[...] Termos inclusivos, ou isentos de viés, tendem a ser percebidos como neutros ou acolhedores por todos, independentemente de gênero, etnia, religião, idade ou qualquer outra característica [...]” (ISO/IEC, 2024, p. 5).

O artigo pioneiro de Foskett (1971) introduz uma abordagem crítica da organização do conhecimento e antecede algumas posturas feministas que seriam desenvolvidas posteriormente, quando a discussão foi ampliada.

Foskett (1971) detecta uma tendência em desvalorizar e estereotipar a classificação de assuntos relacionados às mulheres, sendo essa, na sua avaliação, uma das consequências da predominância da construção histórica de categorias de conhecimento por homens. Essa lógica classificatória tende a excluir as perspectivas femininas ou então a tratá-las como desviante ou secundárias. O sujeito “universal” nas classificações é implícita e historicamente masculino, e tudo o que se desvia disso é tratado como “outro”, como lembra Olson (2007).

Sistemas de classificação bibliográfica, listas de cabeçalhos de assunto, tesouros, assim como outros SOC, independentemente do seu escopo ou de sua aplicação, podem refletir e perpetuar atitudes misóginas e preconceitos contra as mulheres por meio das escolhas terminológicas que realiza, da hierarquia e das associações entre os termos que emprega numa dada estrutura classificatória.

Dentre os relatos de pesquisa que apresentam propostas efetivas de solução para o tratamento da linguagem para que essa possa funcionar de modo não sexista e misógino, destaca-se neste trabalho a abordagem pioneira de Marshall (1977), que desenvolveu um tesouro cujo objetivo era eliminar o sexismo na indexação e na catalogação de documentos em bibliotecas, oferecendo termos alternativos aos que são utilizados com viés de gênero em SOC tradicionais.

Em abordagem mais contemporânea, destaca-se a produção científica de Hope Olson acerca do tema, com diversas críticas aos sistemas de classificação tradicionais, de modo geral, e com referências mais pontuais à CDD e à LCC.

Olson (1998, 2001, 2007) produz uma análise feminista crítica das listas de cabeçalhos de assunto e sistemas de classificação utilizados em bibliotecas, revelando como essas estruturas constroem e limitam os sujeitos do conhecimento, especialmente - considerando-se o foco da pesquisadora - aqueles que pertencem a grupos marginalizados ou sub-representados, como as mulheres.

Uma das obras de Olson mais conhecidas e mais citadas pela literatura da ciência da informação em discussões sobre a efetividade e os aspectos éticos da representação documentária é seu livro *The power to name* (Olson, 2002), ou *O poder de nomear*, em tradução livre. Essa obra, cuja análise crítica é centrada na estrutura e nos efeitos que os sistemas de classificação bibliográfica provocam, sintetiza muitas de suas ideias e antecipa algumas outras que seriam desenvolvidas posteriormente.

Em análise mais específica da CDD, Olson (2002) destaca os recursos por meio dos quais esse sistema de classificação bibliográfica marginaliza - mesmo que isso não seja uma característica exclusivamente sua, bem entendido - o conhecimento feminista quando o posiciona de modo periférico em sua estrutura lógica androcêntrica que tende a considerar o saber masculino como universal.

Essa marginalização, como aponta Olson (2002), produz tanto efeitos simbólicos como

práticos, como o de inviabilizar o acesso ao conhecimento feminista e, como consequência, a difusão crítica do feminismo como proposta epistêmica.

Embora se possa tomar o livro em análise (Olson, 2002) como representativo e condensador das propostas da pesquisadora, trata-se de uma preocupação que lhe é anterior, já presente, por exemplo, em artigo publicado cinco anos antes do livro citado. Assim, Olson e Ward (1997), revela-se como um dos primeiros estudos que analisam criticamente a marginalização do conhecimento feminista resultante do seu posicionamento periférico na CDD.

3.2. Grupos étnicos e raciais

A representação de grupos étnicos e raciais nos sistemas de classificação bibliográfica é, especialmente naqueles sistemas cujas amplitudes e abrangências temáticas são enciclopédicas e que possuem, na maioria dos casos, raízes no final do século XIX, marcadas por generalizações, hierarquizações carregadas de preconceitos e tratamento do outro como exótico.

Enquanto se toma a cultura eurocêntrica como padrão, agrupam-se indígenas e africanos, entre “outros povos”, dentre os objetos de estudo da antropologia.

A terminologia e a estruturação dos conceitos utilizada em alguns sistemas ainda remete a categorias obsoletas e ofensivas. Em análise da 21ª edição da CDD, por exemplo, Olson (2002, p. 175, tradução livre) observa que como a idade ocupa o topo da tabela de precedência “todos os materiais sobre jovens adultos serão classificados em 305.235, independentemente de outros fatores. [...] materiais focados em jovens negros não podem, segundo a CDD, ser classificados junto com materiais sobre pessoas negras em geral, em 305.896”.

Focando outro grupo sub-representado, Duarte e Belarde-Lewis (2015) propõem a revisão de conceitos e práticas da organização do conhecimento para que as ontologias indígenas sejam reconhecidas, respeitadas e integradas aos sistemas de classificação e

catalogação. Antes, contudo, advertem, é preciso “entender quando e como as práticas de catalogação e classificação se tornam técnicas de colonização” (Duarte; Belarde-Lewis, 2015, p. 682, tradução livre).

O problema é que, por um certo período, defendeu-se uma prática de análise documentária orientada por princípios ingênuos e pouco críticos para o alcance de uma objetividade irrealizável, que fosse capaz de produzir representações isentas de quaisquer vieses. Para efeitos de ilustração, observe-se a abordagem conteudista presente em normas brasileiras relativas à documentação. A NBR 12676, relativa à indexação, define esse termo como “Ato de identificar e descrever o **conteúdo** de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação” (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 1992, grifo acrescentado). A NBR 6028, que trata da elaboração de resumos, orienta: “O resumo deve ressaltar sucintamente o **conteúdo** de um texto. [...]” (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2021, grifo acrescentado). A questão que se coloca é: que epistemologia orienta essa abordagem objetiva, que deve ater-se ao “conteúdo” do documento?

O fato é que os SOC ocidentais tradicionais, como a CDD e a Lista de Cabeçalhos da Biblioteca do Congresso (Library of Congress Subject Headings - LCSH), mostraram-se, pela perspectiva das teorias críticas, completamente inadequados para representar o conhecimento produzido por grupos que são ali tratados como minorias e são sub-representados.

Dentre as práticas mais comuns de catalogação e classificação pelas quais obras feitas por, para e sobre povos marginalizados são segregadas, Duarte e Belarde-Lewis (2015, p. 683-684, tradução livre) destacam:

- (1) nomeação incorreta, ou uso de termos centrados no Ocidente para descrever fenômenos indígenas; (2) uso de partes para descrever fenômenos mais holísticos, ou seja, a redução, remoção e desvinculação de

um elemento de um sistema de conhecimento de uma ontologia mais ampla; (3) ênfase na periodização nacionalista moderna, incluindo a noção de que a história, como escrita pelos colonizadores, não pode ser alterada; e (4) ênfase na proibição de mudanças em práticas que comprometeriam a eficiência do esquema padronizado existente.

Considerando-se a natureza diversa, holística e baseada em relações comunitárias, espirituais e territoriais como marcas destacadas das ontologias indígenas, a organização do conhecimento nesse domínio requer sistemas e processos de organização do conhecimento radicalmente diferentes daqueles que são mais comumente empregados (Duarte; Belarde-Lewis, 2015).

Adler e Harper (2018) discutem como as categorias raciais e étnicas são construídas e mantidas nos sistemas de classificação bibliográfica e em outros SOC. Nesses casos a norma é a branquitude, enquanto os “outros” são tratados como desviantes ou marginais, reforçando modelos racistas (Adler; Harper, 2018). O conceito de branquitude relaciona-se ao conjunto de posições sociais, privilégios e normas associados a pessoas brancas em contextos racializados.

Um exemplo da representação enviesada na LCSH é o uso do termo “bibliotecários de minoria” (minority librarians) em vez de “bibliotecários não brancos” (librarians of color) (Adler; Harper, 2018). Essas expressões ilustram como a padronização e a busca pela representação isenta de viés nem sempre resolvem os problemas semânticos que se colocam no processo de representação e recuperação da informação. Ao contrário, podem, inclusive, colaborar para a exclusão, pela omissão, da diversidade e das características que especificam os grupos marginalizados ou sub-representados, dificultando o acesso equitativo à informação.

Adler e Harper (2018) diagnosticam o modelo de ensino aplicado na formação de bibliotecários como uma das raízes estruturais das desigualdades reproduzidas nos sistemas

de organização do conhecimento. Segundo as autoras, os currículos tradicionais muitas vezes reforçam valores como neutralidade, universalidade e objetividade. Esses princípios, encapsulados numa falsa concepção redutora de “técnica”, acabam por ocultar hierarquias sociais, apagamentos identitários e fomentar formas sutis de exclusão. Em resposta a esse problema, Adler e Harper (2018) propõem a adoção de abordagens pedagógicas críticas no ensino da organização do conhecimento, fundamentadas nos princípios da justiça social.

Essas abordagens buscam promover uma reflexão contínua sobre os sistemas e processos de organização do conhecimento, incentivando os futuros profissionais da informação a identificar epistemologias e ontologias enviesadas e a adotar medidas para transformar as estruturas de poder incorporadas nas linguagens documentárias.

3.3. LGBTQIA+

Apesar das variações do termo, optou-se neste trabalho por utilizar a sigla LGBTQIA+, a exemplo do que faz a Defensoria Pública da União (Brasil, 2023), uma instituição vinculada à função jurisdicional do estado, responsável por prestar assistência jurídica integral e gratuita àqueles que não possuem recursos financeiros suficientes. A sigla em questão funciona como marcador social que representa a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais.

No documento “Direitos da população LGBTQIA+”, a sigla LGBTQIA+ é empregada para se referir a “pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, transexuais e travestis, queer, intersexuais e assexuais, bem como a outras identidades de gênero ou orientação sexual não compreendidas pelas letras da sigla” (Brasil, 2023, p. 6).

Assim como em outros contextos ou outros SOC, pessoas LGBTQIA+ enfrentam exclusão significativa nos sistemas de classificação e tesouros utilizados em bibliotecas. Pesquisas realizadas em distintos ambientes e divulgadas por diferentes meios têm discutido o problema e apontado caminhos possíveis. Em levantamento realizado na Base de Dados em

Ciência da Informação (BRAPCI), cuja finalidade foi apenas servir de amostragem a respeito da discussão, *grosso modo*, foram recuperados 71 artigos e quinze trabalhos em eventos (total = 86 itens). Considerando-se a finalidade do levantamento, aplicou-se uma estratégia de busca relativamente limitada, a saber: termo de busca: “LGBT”; período: quinze anos (2011-2025); coleções: todas (revistas brasileiras, revistas estrangeiras, eventos, livros e capítulos de livros).

Em tempos recentes tem havido mais cuidado com as questões que envolvem a representação, e isso é, certamente, resultado das reflexões e da aplicação dos princípios propostos pelas teorias críticas. Ainda que longe do que seria minimamente adequado, já há uma história de avanços que remonta aos anos 1970, a maioria deles resultante do monitoramento constante que alguns grupos exercem (Carmichael Junior, 1998).

Já não se admite, por exemplo, absurdos presentes em edições não tão longínquas da CDD que ignoravam ou mesmo tratavam como patologias, “desvios de conduta” ou “desvios sexuais” os aspectos de identidade de gênero e orientação sexual. Nesse sentido, tesouros críticos como o *Homosaurus* surgem como afirmativas *queer-friendly*.

Embora desatualizada, cabe destacar, para efeitos de referência, a *GLBT Controlled Vocabularies and Classification Schemes*, uma compilação organizada por Johnson (2007) que enumera vocabulários controlados, sistemas de classificação e encyclopédias, entre outros SOC especializados na temática.

De modo geral, os sistemas de classificação apresentam deficiências em sua construção e tendem a ser estáveis e rígidos, o que dificulta a representação de identidades fluidas e não normativas. Nesse caso, a lógica da correção presume que existe uma forma “certa” de nomear, o que entra em conflito com os princípios da teoria *queer* (Drabinski, 2013).

Há questões inescapáveis, de ordem pragmática, quando se produz uma abordagem crítica da OC. Em relação à classificação, Fox (2016) enfatiza as que se referem a sua

utilidade (para quem?) e sua precisão (o que significa uma classificação precisa?).

Fox (2016) recorre à análise do discurso para correlacionar posturas epistêmicas a partir da análise de alguns conceitos específicos (“mulheres”, “pessoas trans” e “pessoas intersexo”) conforme suas ocorrências em diferentes edições da CDD (primeira, de 1876, segunda, de 1885, 17ª, de 1965, e 19ª, de 1979) e em amostras do discurso jurídico estadunidense (dicionários jurídicos, jurisprudência médica e legislação).

O estudo de Fox (2016) permite observar que o discurso jurídico institucionalmente constituído ratifica epistemologias e ontologias que influenciam a compreensão dos conceitos relativos às questões de gênero e orientação sexual. Consequentemente, parece previsível que a CDD irá reproduzir os vieses sustentados pelo discurso jurídico, entre outros, incluindo as convenções sociais mais amplas. A CDD, como demonstra o estudo, reflete uma epistemologia jurídica normativa que sufoca as questões identitárias e reduz a diversidade a categorias legalmente reconhecíveis.

As dificuldades que a LCSH causa à representação e recuperação de informações relacionadas aos estudos afro-americanos e LGBTQIA+ foram analisadas por Howard e Knowlton (2018). Os autores argumentam que não se trata apenas de aspectos pontuais, ainda que eles possam ser apontados, mas de um viés estrutural, presente tanto na LCC quanto na LCSH, que contribui para tornar invisíveis documentos relacionados a grupos historicamente marginalizados.

3.4. Refugiados e migrantes

Os refugiados e migrantes, com frequência, são associados à vulnerabilidade e às situações de crise, o que leva à negligência de suas contribuições culturais e de suas identidades. Esse tipo de representação contribui para a narrativa de marginalização e sub-representação.

De modo semelhante, percebe-se uma falta de distinção entre os diferentes tipos de migração, os contextos de deslocamento e as

dinâmicas culturais envolvidas, o que resulta em uma compreensão geralmente rasa desses grupos.

A partir desse contexto, destaca-se a pesquisa de Lacey (2018), que investigou como os principais sistemas de classificação bibliográfica ocidentais representam o processo de migração e os migrantes, indicando os vieses ideológicos que permeiam as representações desses grupos. O artigo citado chama a atenção para a função social dos sistemas de classificação bibliográfica e, por extensão de outros SOC, tomando como objeto a LCC, a CDD, a Classificação Decimal Universal (CDU) e a Classificação Bibliográfica de Bliss (BC2).

O estudo de Lacey (2018) acentua a crítica a qualquer possível neutralidade dos sistemas de classificação bibliográfica contrapondo-a às evidências dos vieses ideológicos manifestados nas estruturas hierárquicas.

Nas palavras da autora, “A classificação pode ser hostil ou acolhedora, dependendo do assunto e do sistema adotado. Trata-se, portanto, de um mecanismo por meio do qual uma organização pode validar certas pessoas e penalizar outras” (Lacey, 2018, p. 358, tradução livre).

Na CDD, novamente tomada como exemplo, o assunto “imigração ilegal” é representado pela notação 364.137. Considerando-se o mecanismo de herança que regula a CDD, o assunto é abordado no seguinte escopo: 364 Criminologia / 364.1 Infrações penais / 364.13 Crimes políticos e delitos conexos. Ou seja, é possível fazer uma inferência direta, autorizada pelo sistema, a partir da junção das duas palavras em uma expressão: “[...] na mente do público, uma associação com propensão ao crime, e com uma ameaça à soberania e ao tecido social e econômico americano” (Ackerman, 2014 *apud* Lacey, 2018, p. 368, tradução livre).

Os sistemas de classificação bibliográfica, pode-se concluir com o estudo de Lacey (2018), tratam os migrantes não como sujeitos de identidade complexa, mas como um dado registrado, documentado e vigiado. Destacam-

se os limites significativos a respeito da flexibilidade e da hospitalidade dos sistemas analisados para a representação de grupos historicamente marginalizados e sub-representados.

Assim, em vez de refletir a pluralidade das experiências migratórias, os sistemas de classificação bibliográfica reduzem o migrante a uma entidade burocrática, passível de controle e monitoramento. Ao abraçar tais representações, a biblioteca assume o risco de contribuir para a perpetuação da violência simbólica promovida pelo estado.

Duarte e Belarde-Lewis (2015) apontam que os migrantes, assim como os povos indígenas, são frequentemente representados por características superficiais, isoladas de aspectos que constituem sua complexidade conceitual. Em ambos os casos, a suposta neutralidade do sistema é refutada em si mesma por sua estrutura excludente. As experiências de deslocamento e a cultura desses grupos também requerem abordagens classificatórias mais abertas, flexíveis e colaborativas.

O caso da utilização da expressão *illegal aliens* na LCSH, que se popularizou, ilustra como a terminologia empregada pelas linguagens documentárias pode ser politicamente sensível. As tentativas empreendidas pela LC de substituição do termo por expressões mais “neutras” e amparadas por garantia literária, como *noncitizens* e *unauthorized immigration*, enfrentaram pressões políticas significativas, incluindo propostas legislativas (Adler, 2017; Baron; Gross, 2021).

Esse episódio ilustra de forma contundente os limites de uma possível neutralidade das linguagens documentárias ao demonstrar como disputas políticas incidem diretamente na definição de sujeitos e na constituição de categorias e conceitos que constituem as estruturas classificatórias no âmbito da organização do conhecimento.

3.5. Grupos religiosos

Tomando-se novamente a CDD como parâmetro e considerando-se apenas os

aspectos quantitativos da distribuição das seções na classe 200 - Religião, da 23^a edição (Mitchell, 2011), já se pode notar claramente a disparidade de tratamento e o privilégio das religiões cristãs (Tabela 1).

Tabela 1: Distribuição de seções na classe 200 da CDD, 23^a edição

Grupo de classes	Quant.	%
Religião: fundamentos	10	11%
Filosofia e teoria da religião	7	8%
Bíblia e cristianismo	64	71%
Outras religiões	9	10%
Total	90	100%

Fonte: Elaboração própria (2025).

Isso não é, evidentemente, uma característica exclusiva da CDD; as religiões não cristãs costumam ser representadas de forma estereotipada em diversos outros SOC, e refletem, *grosso modo*, pontos de vista cristão ocidental. Enquanto o cristianismo é contemplado com subdivisões complexas e bem estruturadas, religiões como islamismo (Miranda; Silva, 2019), ou religiões de matriz africana (Silva; Almeida, 2018), entre outras (Broughton; Lomas, 2020), são frequentemente representadas de forma insatisfatória, alocadas em classes genéricas como “outras religiões”.

Broughton e Lomas (2020) manifestam preocupação com o viés e a má representação das religiões nos SOC, incluindo no estudo que realizaram, além das classificações bibliográficas, as classificações arquivísticas.

As autoras investigaram a viabilidade da construção de SOC que respeitem a diversidade religiosa sem que seja necessário aderir a uma estrutura epistemológica dominante que se rebate em uma estrutura hierárquica reveladora de preconceitos e promotora da marginalização e do apagamento de outras tradições religiosas não hegemônicas.

O pluralismo é a via encontrada pelas autoras citadas. Não se trata do pluralismo teológico, mas do pluralismo cívico fundamentado religiosamente, localizado na esfera da política e não da metafísica (Broughton; Lomas, 2020), algo que se poderia chamar de política de

tolerância religiosa, orientada à convivência democrática.

De modo efetivo, Broughton e Lomas (2020) propõem o uso de classificações facetadas, contrapondo-se às hierárquicas, como alternativa metodológica para uma representação mais justa da diversidade religiosa. A classificação facetada possibilita a combinação de múltiplas facetas, permitindo que diferentes dimensões de uma religião, como, crenças, práticas, textos sagrados, sejam combinados de maneira mais precisa.

Classificar para a diversidade social, ensina Szostak (2014), requer a adoção de metodologias de construção ou revisão de sistemas de classificação que possibilitem a separação de características como etnia, religião, gênero ou orientação sexual de julgamentos valorativos (Szostak, 2014).

4. Propostas para uma representação documentária inclusiva

Há, não se pode negar, uma demanda crescente por respeito a ética, a diversidade sociocultural, a inclusão e a justiça social como dimensões fundamentais para que se repense a OC, seus sistemas e seus processos.

Proporcionalmente, há também um número crescente de pesquisadores que têm se dedicado a essas questões. A literatura científica do campo registra a formulação de diferentes abordagens para enfrentar os desafios impostos à representação documentária. Essas propostas buscam repensar criticamente os SOC (sistemas de classificação bibliográfica e de classificação arquivística, além de outros sistemas de classificação, tesauros e ontologias e códigos de catalogação, entre outros) e os processos de organização do conhecimento (catalogação, indexação, classificação, entre outros), de modo a torná-los mais sensíveis às diversidades.

Na sequência, apresenta-se uma síntese das propostas orientadas pelas teorias críticas, desenvolvidas com base nos trabalhos analisados:

- a reconfiguração dos sistemas de classificação bibliográfica pela perspectiva da valorização das experiências de mulheres, pessoas LGBTQIA+, grupos étnicos e grupos religiosos como respostas efetivas aos limites da binariedade e do patriarcado implícitos nos sistemas tradicionalmente utilizados;
- a opção por epistemologias decoloniais, adotadas como instrumentos de ruptura com os paradigmas eurocêntricos e a proposta de categorias situadas a partir de saberes locais, comunidades indígenas, africanas e latino-americanas;
- a construção participativa de instrumentos de representação descritiva e temática de modo a envolver as comunidades representadas na busca por estruturas classificatórias mais representativas;
- o incremento na produção de sistemas alternativos aos sistemas tradicionais, a exemplo das iniciativas como o *Homosaurus* (um vocabulário internacional de dados ligados entre si relativos ao domínio LGBTQIA+) e o *Mukurtu* (plataforma de gestão de acervos digitais para comunidades indígenas);
- a revisão da formação em biblioteconomia, arquivologia, ciência da informação e organização do conhecimento, no intuito de incorporar perspectivas de justiça social e democracia aos programas de disciplina, de modo a encorajar os estudantes a problematizar a neutralidade dos campos em si e a neutralidade dos sistemas e processos que os caracterizam historicamente.

De modo geral, os estudos analisados neste trabalho são focados em exemplos anglófonos e ocidentais, com menos atenção a outros contextos culturais. Isso reflete, evidentemente, uma limitação relativamente esperada pela amostra selecionada para fundamentar a discussão empreendida.

Há também limitações inerentes aos próprios estudos ou propostas. O tesouro proposto por Marshall (1977), por exemplo, limita-se ao contexto cultural da década de setenta nos Estados Unidos. O documento não poderia contemplar, naturalmente, questões étnicas, raciais ou de gênero que eclodiram anos mais tarde.

Por fim, destacam-se propostas de revisão sobre o modo como o campo da organização do conhecimento dialoga com o conceito de viés e suas implicações na construção de representações documentárias e de SOC.

O viés não é, necessária e forçosamente, um defeito técnico, algo a ser definitivamente extirpado sem critérios bem definidos. Mais do que um recurso estrutural, trata-se de uma característica inerente a qualquer sistema de classificação bibliográfica (Mai, 2010). Classificar implica assumir um ponto de vista, recortar a realidade complexa. Isso, claro, jamais servirá como argumento para justificar abordagens regressivas e excludentes, pois o princípio humanista que rege as propostas de revisão de SOC discutidas neste e em outros trabalhos semelhantes é o da justiça social e da inclusão.

A crítica ao viés classificatório, como propõe Mai (2010), deve deslocar-se de uma abordagem normativo-correcional, inviável sob diversos aspectos, para uma compreensão de natureza sociocultural. Em vez de perseguir a utopia de uma neutralidade inalcançável e que se tem revelado até mesmo indesejável, é necessário tornar os sistemas de organização do conhecimento estruturas mais inteligíveis e democraticamente representativas, concebidas como instrumentos responsivos e eticamente comprometidos.

5. Considerações finais

Às vezes, é preciso reafirmar o que pode parecer óbvio e ululante: sistemas de organização do conhecimento são, essencialmente, construções socioculturais. Isso equivale a dizer, em outros termos, que eles não surgem espontaneamente, como estruturas neutras e objetivas, mas emergem de um processo complexo marcado por

interações humanas, valores culturais, crenças e normas sociais.

Reafirmar a condição de construções socioculturais aos SOC é fundamental para compreender e justificar seus aspectos positivos e negativos, seus vieses e seu potencial como instrumento de mediação documentária que influencia o modo como as pessoas localizam, acessam, interpretam e utilizam a informação.

Considerando-se que a representação documentária também é representação social, bem como os aspectos epistêmicos relativos aos SOC, esses instrumentos podem assumir uma natureza dual: podem tanto reforçar preconceitos e injustiças sociais quanto colaborar para identificá-los, submetê-los aos critérios da lógica classificatória e superá-los. É inegável que a sub-representação ou má representação de grupos historicamente marginalizados nesses sistemas tem implicações diretas na sua visibilidade e legitimidade, pois podem perpetuar ciclos de exclusão.

Os discursos - jurídico, científico, religioso, médico, político, econômico, educacional, entre outros - exercem um papel central como autoridade epistêmica e como garantia literária na definição da terminologia, das relações conceituais e das categorias que serão representadas nos SOC. Quando se acolhe esses discursos, contudo, abriga-se também suas estruturas lógico-argumentativas, notadamente as que estão institucionalizadas.

Esse tipo de aderência resulta em classificações que invisibilizam, sub-representam ou mesmo marginalizam as experiências que não se encaixam nas categorias tradicional e institucionalmente reconhecidas.

Embora existam propostas e esforços para tornar a organização do conhecimento mais inclusiva, como se destacou neste trabalho, qualquer tentativa de mudança enfrenta resistências de ordem política e ideológica, o que só evidencia as conexões entre a representação documentária, a linguagem e a política.

A organização do conhecimento que, por ação ou omissão, promove a sub-representação de determinados grupos sociais, ou que se furtar ao compromisso de oferecer categorias específicas e compreensíveis para sua representação adequada, ou ainda que mantém SOC que veiculam terminologias preconceituosas, impacta diretamente não apenas a recuperação da informação, mas também a legitimação dos saberes produzidos por esses grupos e o próprio *métier* da organização do conhecimento.

Os temas tratados neste trabalho foram abordados em referência genérica aos SOC e aos sistemas de classificação bibliográfica, de modo específico. Em comum, reafirma-se, todos os SOC, independentemente do nível em que são aplicados, abrigam uma estrutura classificatória e, não é demais lembrar, sempre que se agrupam alguns elementos numa classe, há os que ficam excluídos dela.

Nem todas as classificações são formalizadas, nem todas elas são visíveis em instrumentos materializados em volumes como a CDD, que possibilitam sua análise crítica.

As classificações que mais causam danos são justamente aquelas que são perigosamente tomadas como naturais, aquelas que não são facilmente percebidas como artefatos culturais. Essas classificações tendem a ser mais facilmente assimiladas e socializadas sem questionamentos. Em termos de utilidade como perpetuação de ideologias socialmente nocivas, os melhores sistemas de classificação são os que estão invisíveis.

Por fim, em vez de simplesmente descrever o mundo, ou representá-lo a partir de perspectivas hegemônicas mantenedoras do *status quo*, a construção e revisão dos SOC pela perspectiva das teorias críticas possibilita exatamente o contrário, isto é, criar condições para um mundo mais comprometido com a ética, com a multiculturalidade e com a justiça social.

Referências

- Adler, M. (2017). *Cruising the Library: Perversities in the Organization of Knowledge*. Fordham University Press.
- Adler, M., & Harper, L. M. (2018). Race and ethnicity in classification systems: teaching knowledge organization from a social justice perspective. *Library Trends*, 7(1), 52-73.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (1992). NBR 12676: métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2021). NBR 6028: informação e documentação: resumo, resenha e recensão: apresentação. Rio de Janeiro.
- Baron, J., & Gross, T. (2021). Sorrow, fury, helplessness, and cynicism: an account of the library of Congress subject Heading “illegal aliens”. Ana Ndumu (ed.). *Borders and belonging: critical examinations of library approaches toward immigrants*. Sacramento: Library Juice, 219-238.
- Berman, S. (1971). *Prejudices and Antipathies: A Tract on the LC Subject Heads Concerning People*. Scarecrow Press.
- Bowker, G. C., & Star, S. L. (2000). *Sorting things out: classification and its consequences*. Mit Press.
- Brasil. Defensoria Pública da União. (2023). Direitos da população LGBTQIA+: cartilha de orientação jurídica. Brasília: DPU.
- Broughton, V., & Lomas, E. (2020). Philosophical foundations for the organization of religious knowledge: irreconcilable diversity or a unity of purpose? *Knowledge Organization*, 47(5), 372-392.
- Carmichael Jr, J. V. (ed.). (1998). *Daring to find our names: the search for lesbigay library history*. Westport: Greenwood Press.
- Drabinski, E. (2013). Queering the catalog: queer theory and the politics of correction. *Library Quarterly*, 83(2), 94-111.
- Duarte, M. E., & Belarde-Lewis, M. (2015). Imagining: creating spaces for indigenous ontologies. *Cataloging and Classification Quarterly*, 53(5/6), 677–702.

- Foskett, A. C. (1971). Misogynists all: a study in critical classification. *Library Resources and Technical Services*, 15, 117-21.
- Fox, M. J. (2016). Legal discourse's epistemic interplay with sex and gender classification in the Dewey Decimal Classification System. *Library Trends*, 64(4), 687-713.
- Furner, J. (2007). Dewey deracialized: A critical race-theoretic perspective. *Knowledge Organization*, 34(3), 144–168.
- Homosaurus: an International LGBTQ+ Linked Data Vocabulary. Recuperado em: <https://homosaurus.org>.
- Howard, S. A. & Knowlton, S. A. (2018). Browsing through bias: the Library of Congress Classification and Subject Headings for African American studies and LGBTQIA studies. *Library Trends*, 67(1), 74-88.
- ISO/IEC. (2024). Guidance on the use of inclusive terminology in ISO and IEC documents. ISO/IEC. Recuperado em: <https://www.iso.org/publication/PUB100492.html>.
- Johnson, M. (2007). GLBT Controlled vocabularies and classification schemes. Recuperado em: <https://www.ala.org/rrt/popularresources/vocab>.
- Lacey, E. (2018). Aliens in the library: the classification of migration. *Knowledge Organization*, 45(5), 358-79.
- Mai, J. E. (2010). Classification in a social world: bias and trust. *Journal of Documentation*, 66(5), 627-642, 2010.
- Mai, J. E. (2013). Ethics, values and morality in contemporary library classifications. *Knowledge Organization*, 40(4), 242-253.
- Mai, J. E. (2016). Marginalization and exclusion: unraveling systemic bias in classification. *Knowledge Organization*, 43(5), 324-330.
- Marshall, J. (1977). On equal terms: a thesaurus for non-sexist indexing and cataloging. Neal Schuman.
- Marty, Martin E. (2005). When Faiths Collide. Oxford: Blackwell.
- Mazzocchi, F. (2018). Knowledge organization systems (KOS): an introductory critical account. *Knowledge Organization*, 45(1), 54-78.
- Mitchell, Joan S. et al. (ed.). (2011). *Dewey Decimal Classification and Relative Index*. (23^a ed.). 2: schedules 000-599. Dublin: OCLC.
- Miranda, M. L. C., & Silva, F. G. (2019). Região e cultura periféricas: a representação do islamismo na Classificação Decimal de Dewey. *Logeion: Filosofia da Informação*, 5(2), 86-120
- Olson, H. A. (1998). Mapping beyond Dewey's boundaries: constructing classificatory space for marginalized knowledge domains. *Library Trends*, 47(2), 233-254.
- Olson, H. A. (2001). Patriarchal structures of subject access and subversive techniques for change. *The Canadian Journal of Information and Library Science*, 26(2/3), 1-29.
- Olson, H. A. (2002). The power to name: locating the limits of subject representation in libraries. Kluwer Academic.
- Olson, H. A. (2007). How we construct subjects: a feminist analysis. *Library Trends*, 56(2), 509-541.
- Olson, H. A., & Ward, D. B. (1997). Feminist locales in Dewey's landscape: mapping a marginalized knowledge domain. In: *Knowledge Organization For Information Retrieval: proceedings of the Sixth International Study Conference on Information Research*. The Hague: International Federation for Information and Documentation, 129-133.
- Silva, M. F., & Almeida, C. C. (2018). Representação das religiões de matriz africana na CDD: uma análise crítica da Umbanda no Brasil. *Scie*, 24(2), 63-68.
- Szostak, R. (2014). Classifying for social diversity. *Knowledge Organization*, 41(2), 160-170.
- Zeng, M. L., & Mayr, P. (2019). Knowledge organization systems (KOS) in the semantic web: a multi-dimensional review. *International Journal on Digital Libraries*, (20), 209-230.